

CULTURA E REGENERAÇÃO URBANA DAS FRENTES DE ÁGUA

Bruno Franco Alves

Doutorando em Sociologia - Cidades e Culturas Urbanas | Universidade de Coimbra

e-mail: bfalves@gmail.com

Resumo

O presente ensaio aborda o *giro* cultural da economia e as relações que estabelece com as políticas para as cidades, especialmente para a regeneração urbana. Vale-se das frentes de água como locais exemplares para analisar como essas políticas operam, demonstrando alguns dos limites e as críticas dirigidas a essa forma de abordar a cultura e os problemas urbanos.

Palavras-chave: Cultura; Regeneração Urbana; Frentes de água

Introdução

Em que medida a cultura se tornou instrumento para as políticas urbanas? Como a política cultural se apresenta como uma nova solução para os problemas sociais e econômicos enfrentados pelas cidades contemporâneas? O ensaio que ora se apresenta tem por finalidade refletir exatamente sobre essas questões com o objetivo de expor os argumentos que sustentam esse tipo de política pública e as críticas que lhe são dirigidas.

Nesse sentido, partir do estudo da relação entre as cidades e os seus rios urbanos apresenta-se como uma proposta que pode ser adequada a esses objetivos. As frentes de água das cidades, sejam fluviais ou marítimas, ocuparam lugar central no processo inicial de urbanização das cidades, no entanto, devido ao abandono dos usos sociais que se davam a

essas áreas – transporte, trocas, comércio, indústria – elas acabaram por ficar abandonadas, degradadas e desvalorizadas, perdendo a sua centralidade na malha urbana.

A aposta em políticas culturais para a regeneração dessas frentes de água, com a reabilitação e reconversão desses espaços, se espalhou como uma fórmula por muitos países mundo afora. Para falar desse processo é necessário entender como a cultura passou a ser encarada como uma das soluções possíveis para os desafios sociais e econômicos enfrentados pelas cidades contemporâneas.

Assim, o que se pretende nesse ensaio é refazer de uma maneira mais ampla como se processa essa relação de ruptura e reconciliação das cidades com seus rios identificando a importância assumida pelas políticas culturais na regeneração que vem sendo realizada em diversos locais.

A relação das cidades com os rios urbanos

Rememorar os usos sociais de um rio ao longo do tempo permite refletir sobre a dinâmica de formação da paisagem urbana, sobre o desenvolvimento da cidade, a sua economia, cultura e a forma como ela organizou e organiza o espaço urbano. As margens, as pontes, os cais, os portos fluviais constituíram-se como espaços de centralidade nas cidades e, em muitas delas, ainda são pontos estratégicos. Além disso, os rios atribuem identidade própria às suas cidades, basta olhar para os seguintes pares: Rio Tâmisa-Londres, Rio Sena-Paris, Rio Danúbio-Budapeste, Rio Han-Seul, e, em Portugal, Rio Tejo-Lisboa, Rio Douro-Porto, Rio Mondego-Coimbra.

Não obstante o crescimento da civilização urbana ter ocorrido principalmente nas proximidades dos cursos de água, esse processo de ligação entre as cidades e seus rios é marcado por rupturas e reconciliações. Com a Revolução Industrial consuma-se a separação entre os rios e as cidades. Paulo Peixoto (Peixoto, 2016: 64) afirma que essa nova condição de invisibilidade dos rios gerada pelos portos fluviais, fábricas e armazéns que deles se valem como meio de transporte e recursos para as diversas atividades industriais enfatizou sua função de “reservatório dos despojos da civilização”, pois os rios passaram a receber juntamente com os detritos domésticos e artesanais os esgotos industriais. Nesse sentido,

inicia-se um processo de funcionalização do espaço urbano que passa a contar com áreas portuário-industriais, de acessibilidade limitada e funções exclusivamente econômicas, e por outro lado a cidade da vida cotidiana. (Coy, 2013).

Com a priorização dos meios de transportes terrestres durante o século XX, os vales dos rios e as suas margens passaram a ser utilizados para o desenvolvimento da infraestrutura rodoferroviária, importando na canalização e soterramento de rios e ribeiras em diversas cidades e no maior distanciamento, inclusive visual, daqueles cursos de água que permaneceram ao ar livre (Peixoto, 2016: 64). Na cidade pós-industrial, esse processo de relação rio-cidade tende a transformar-se novamente. A desindustrialização progressiva das cidades europeias desde os finais do século XX fez com que muitas das instalações perdessem o seu uso original. Os portos, as fábricas, galpões, armazéns e edifícios que foram instalados nas margens das cidades durante os séculos XVIII e XIX hoje não exercem sua função originária e, em decorrência da expansão das cidades, se encontram em plena área urbana (Coy, 2013).

Essas grandes áreas nas margens dos rios, outrora decadentes e desvalorizadas, encontram-se disponíveis para outros usos e sofrem um intenso processo de valorização, convertendo-se em áreas de atração de pessoas e de investimentos. Tanto o poder público como a iniciativa privada tem atuado no sentido de requalificar esses espaços dotando-os de novas funcionalidades e reconfigurando a paisagem urbana. Em geral, essas intervenções consistem na remodelação de antigas áreas industriais e comerciais ribeirinhas, com restauração do edificado e oferta de novos espaços para serviços, habitação, a instalação de equipamentos culturais, a construções de parques e de espaços à beira rio para lazer e recreação.

Pode-se situar como projetos pioneiros de reabilitação das frentes de água os que foram executados nas cidades norte-americanas de Boston, ainda década de 1960, e em Baltimore, a partir de 1973. (Del Rio, 2001). O modelo norte-americano de requalificação das *waterfront* inspirou projetos similares em grandes cidades ao redor do mundo: Toronto, Montreal, Londres, Hamburgo, Barcelona, Oslo, Rotterdam, Marseilles e Bordeaux, só para citar algumas das intervenções mais significativas.

No contexto português, as suas duas maiores cidades passaram por amplos processos de requalificação de suas linhas fluviais. As margens do Rio Tejo, em Lisboa, nomeadamente na porção oriental da cidade, foram completamente remodeladas para a realização da Exposição Mundial de Lisboa de 1998 – EXPO’98, tal qual as margens do Douro também o foram com vistas a realização da Capital Europeia da Cultura – Porto 2001.

Esses processos se irradiaram por outras cidades portuguesas como modelos de requalificação e de gestão das intervenções urbanas. Em 2000, foi aprovado pelo Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território o Programa Polis - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades que tem como um de seus objetivos específicos “Apoiar outras acções de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes, tais como **frentes de rio ou de costa.**” (Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, 2000).

Uma das formas privilegiadas de regeneração dessas antigas áreas degradadas e abandonadas das cidades é por meio de políticas culturais que visam produzir efeitos de regeneração urbana. O discurso de religar a cidade aos seus rios quase sempre passa por investimentos nas frentes de água dessas cidades, remodelando esses espaços a partir da instalação de equipamentos culturais, de lazer e recreação de forma a atrair novamente para essa região a população local, os turistas e alguns setores econômicos, especialmente os de prestação de serviços. Também é uma forma de “fazer cidade”, constituindo novas centralidades urbanas nessas áreas renovadas.

A instrumentalização da cultura, o processo de regeneração urbana e as frentes de água

Com o processo de desindustrialização, a cultura passou a ser encarada como uma das possíveis soluções para crise socioeconómica das cidades que perderam seus parques industriais, convertendo-se em recurso para atração de investimentos, dinamização da economia e aumento de receitas públicas ao qual se associam discursos de melhoria da qualidade de vida para os moradores dessas cidades. Mas, como destaca Claudino Ferreira, não são apenas essas cidades que tem apostado na cultura como motor para regeneração, modernização e desenvolvimento socioeconómico das comunidades e dos territórios. As

políticas urbanas orientadas para a cultura foram se disseminando pelas cidades capitalistas e podem ser vistas no número cada vez maior de investimentos em projetos, equipamentos e eventos culturais. (C. Ferreira, 2010).

A cultura apresenta-se como estratégia comumente adotada para a renovação urbana, valendo-se da instalação de instituições culturais em edifícios industriais para remodelar a imagem da cidade e reabilitar edifícios outrora abandonados.¹ Essas intervenções não recaem apenas sobre os antigos prédios industriais, mas no contexto de competitividade global entre as cidades por capitais e receitas valorizam novos espaços, recriam equipamentos urbanos e constroem novos aparelhos e edifícios arquitetonicamente emblemáticos em áreas privilegiadas da cidade (ou que que almeja tornarem-se), nomeadamente os espaços demarcados pelas frentes de água. (Mendes, 2017: 157)

Muitas são as experiências que podem ser listadas nesse sentido, desde o Ocidente ao Oriente, ao Sul Global e ao Norte Global: de Puerto Madeiro na Argentina a Baltimore nos Estados Unidos da América, passando pelo Parque das Nações em Lisboa, Portugal e pelas margens do Rio Han na Coreia do Sul. Não obstante as particularidades de cada um desses processos, eles apresentam algumas características de caráter comum dentre as quais pode-se listar a cultura como eixo orientador dessas ações de requalificação urbana.

Esse movimento de eleger a cultura e as artes como indutoras de políticas públicas urbanas, incluída aí a reconfiguração de antigos e novos espaços, emerge especialmente a partir da década de 1980, quando o setor público passa a encará-las como alavanca para investimentos privados e solução para as necessidades sociais. (Miles, 2007: 105). Claudino Ferreira considera que o desenvolvimento de um campo de pesquisa e consultoria dedicado a aferir os impactos econômicos e sociais das atividades culturais muito contribuiu para a percepção da cultura enquanto potencializador econômico e socialmente regenerador, fornecendo justificativas para que se mantivessem os investimentos públicos em cultura,

1 Malcon Miles ilustra essa tendência com a criação da Galeria de Arte Contemporânea da Caixa Foundation em uma fábrica têxtil de 1890 (Barcelona, Espanha), museus de arte em estações ferroviárias desativadas (Musée d'Orsay em Paris e estação de Hamburgo em Berlim), a Galeria de Arte Báltica em um moinho de farinha (Gateshead, Inglaterra), um centro de artes em uma antiga fábrica de cabos (Helsínquia, Finlândia), estúdios de artistas em uma fábrica de creme (Birmingham, Inglaterra) e a instalação do Museu Warhol em um prédio de escritórios do início do século XX (Pittsburgh, Estados Unidos da América). (Miles, 2007: 37)

“sobretudo, para os investimentos orientados para programas de regeneração urbana e desenvolvimento territorial de base cultural.” (C. Ferreira, 2010: 33).

A simbiose entre as políticas culturais e as políticas econômicas e sociais possui como um dos efeitos a própria ressignificação do conceito de cultura, que é reconhecidamente considerado elástico e de difícil definição. Um primeiro entendimento de cultura, de longa tradição, possui raiz na antropologia e centra-se no conjunto de práticas, símbolos, rituais, objetos e significados de um dado grupo de pessoas. Outro sentido comum, todavia, mais restrito de cultura, relaciona-se às artes em geral, como a música, literatura, dança, artes plásticas e teatro, seja em sua versão erudita ou popular. Por outro lado, o alargamento do conceito de cultura move-se no sentido de incluir o que convencionou-se chamar por indústria cultural, envolvendo toda a cadeia de produção e difusão musical, cinematográfica, de moda, enfim, de uma forma ainda mais ampla, “incluiria toda a dimensão cultural de produção e consumo de produtos além daqueles que são estritamente culturais.” (Basset, Smith, Banks, & O’Connor, 2005: 134).

Nesta concepção utilizada nas políticas urbanas, Pierre-Michela Menger afirma que a cultura se “materializa como bens, serviços, performances e práticas que são de utilidade para o consumidor. Sob esta definição, cultura é um produto final.” (Menger, 2013: 9).

Este giro cultural das políticas econômicas e sociais ocorreram em nível tanto nacional como internacional no contexto de inserção das cidades na competição capitalista global. Ainda em 1982, a UNESCO publicou o relatório *Cultural Industries: A challenge for the future of culture*, em que as indústrias culturais são consideradas como área de desenvolvimento estratégico à escala internacional. (C. Ferreira, 2010: 34). O Departamento de Cultura, Mídia e Esporte da Grã-Bretanha, a partir de 1998 passou a quantificar as ações sob seu domínio, expondo os desempenhos econômicos, sua base social e sua contribuição para a produção nacional. Iniciativas semelhantes foram posteriormente adotadas na Dinamarca, nos Países Baixos e na Alemanha. O relatório de 2006 da Comissão Europeia intitulado *The Economy of Culture in Europe* considera a cultura com um setor de investimento e recomenda a adoção de ferramentas adequadas de avaliação e controle para este novo modelo de política pública. (Menger, 2013: 10).

A standardização desses índices e variáveis medem o valor econômico do setor cultural, sejam em relação à produção de riqueza, número de empregos diretos e indiretos gerados, qualidade desses empregos, fluxos de pessoas e turistas e buscam identificar todas as contribuições indiretas da cultura para o crescimento econômico e coesão social dos países, territórios e cidades. (Menger, 2013: 11). Esses índices ajudam a criar uma convicção de que as políticas culturais geram impactos positivos, estabelecendo as bases para que as políticas de planejamento urbano considerem as artes/cultura como fator de desenvolvimento.

Todos esses índices cumprem um papel no *marketing* urbano, projetando as cidades no cenário internacional a partir de suas performances e da construção de uma imagem que desejam ver propagada. Ademais, tem como efeito notável a sujeição das artes/cultura a critérios econômicos e utilitaristas, consolidando o que alguns autores nomeiam de “culturalização da economia” e “economicização da cultura”. (Basset et al., 2005)

No que tange as cidades com frentes de água, constata-se que as políticas culturais são utilizadas como catalizadoras da recuperação e reconversão dessas áreas. Buscando identificar as diferentes estratégias das cidades para recriar a centralidade de suas frentes de água, Vítor Matias Ferreira e Alexandra Castro (1999) citam três tipos de centralidades: uma centralidade objetiva, de dominante econômica; uma segunda centralidade objetiva de dominante comercial e lúdica e uma terceira centralidade de caráter subjetivo, fundada em equipamentos ou edifícios culturais e recreativos, hotéis e eventos. (V. M. Ferreira & Castro, 1999: 32).

Dentre essas estratégias, as duas últimas nomeadamente estão relacionadas às políticas culturais desenvolvidas para as cidades, no sentido socioeconômico atribuível ao termo. Geralmente envolvem a recuperação do edificado e sua reconversão, valendo-se da instalação de equipamentos culturais, de lazer e turismo como museus, aquários, marinas, hotéis e a realização de festivais, acompanhadas muitas vezes da instalação de atividades comerciais sofisticadas, sedes de empresas e edifícios para eventos, hotéis e restaurantes. Também é comum que o mote inicial para esses processos seja a realização de grandes eventos culturais, como a Capital Europeia da Cultura. Em quase todos esses tipos de ação a tríade cultura-turismo-requalificação é privilegiada.

Essas intervenções assentam-se nas parcerias entre o poder público e a iniciativa privada e se valem dos eventuais efeitos socioeconômicos positivos para legitimar os investimentos públicos realizados. É o que se sucedeu com a EXPO'98 em Lisboa. Claudino Ferreira explica que a engenharia financeira desse projeto buscou de início a legitimação do investimento público no argumento do “custo zero” que seria obtido com a parceria público-privada, mas que findou tendo o déficit financeiro justificado sob o argumento dos benefícios urbanísticos que seriam alcançados. (C. Ferreira, 2006: 385–398).

Dentre as críticas dirigidas a esse processo de reordenamento das frentes de água, Vitor Ferreira e Alexandra Castro questionam o seu aspecto fragmentário, pouco integrado no tecido da cidade e no seu funcionamento. Assim como os grandes eventos ocasionais², Ferreira & Castro criticam essas intervenções por possuírem uma “natureza tendencialmente efêmera, com um caráter socialmente massificante e culturalmente pouco diversificado, onde o ‘monumentalismo’ dos projetos arquitetônicos e urbanísticos se impõem”. (V. M. Ferreira & Castro, 1999: 36).

No que tange a aposta na cultura como ativo econômico e social para as políticas urbanas, Malcolm Miles (2007) elabora uma crítica de caráter mais geral, questionando a falta de evidências para a instrumentalização da cultura e a utilização das artes para solucionar problemas criados no âmbito da política e da economia. Lista três razões para o incômodo com essa posição: i) a cultura mascararia os problemas socioeconômicos, normalizando-os e tirando a atenção para as intervenções apropriadas; ii) o cultural assumiria o lugar do político, isto é, uma economia cultural em substituição à economia política, justamente por aquela não ser contenciosa; iii) utilizaria a estética como uma subterfúgio para criar novos mecanismos de estabilização e controle das divisões sociais e econômicas. “É um pouco como enfrentar a mudança climática, introduzindo novos esquemas de cores para usinas altamente poluentes.”, finaliza o autor. (Miles, 2007: 119)

Os estudos sobre o giro cultural da economia e as políticas para as cidades assume, seja qual for a viés adotado, especial relevância no contexto contemporâneo justamente por

2 Sobre os impactos na regeneração urbana nas cidades sede das Capitais Europeias da Cultura, Beatriz García analisa o caso de Glasgow e propõe uma lente diferenciada para se pensar nos efeitos desses eventos culturais. (García, 2005)

permitir identificar potencialidades e limites das políticas culturais, os seus efeitos positivos e negativos na vida urbana.

CONCLUSÕES

Desde a concepção relativista de cultura, típica da antropologia, passando pelas artes eruditas e populares e, agora, pelo que se convencionou chamar por “indústria cultural” não é possível, mesmo no interior desses três amplos campos de sentido diferenciados entre si, encontrar consenso do que poderia ser considerado cultura.

Essa discordância quanto ao que pode ou não ser nomeado cultura, não impede, no entanto, que sejam identificados processos sociológicos em curso e os mesmos analisados e discutidos. É o que deve ser feito com as políticas culturais no âmbito das cidades.

Diversas são as críticas que se dirigem ao processo de instrumentalização da cultura enquanto política de função social e econômica. A submissão das artes e da cultura a julgamento por critérios econômicos que lhe são estranhos, a dificuldade de comprovação dos resultados dessas políticas culturais e o deslocamento de questões e debates da arena política para a cultural, cuja racionalidade se assenta em outros pressupostos, podem resumir em linhas gerais esse conjunto de críticas.

De todo modo, diversas são as experiências que vem sendo realizadas no contexto urbano para regeneração de espaços e até mesmo de cidades que adotam como ativo a cultura e as artes. É o que se verifica nas frentes de água que foram reabilitadas em muitas cidades ao redor do mundo. A instalação de equipamentos culturais, de lazer e recreação, como museus temáticos, aquários, mobiliários urbanos ao longo dessas orlas; o investimento na reconversão dos usos pela atração de novos serviços e/ou moradores para esses locais, bem como a realização de grandes eventos que servem como ponto de partida para início de muitos desses processos, evidenciam a importância dessa concepção de cultura na gestação e execução das políticas para as cidades.

O discurso de redescoberta das águas e de recentrar as cidades a partir dos seus rios estão diretamente relacionados a essa nova forma de conceber as políticas culturais e permitem visualizar a complexidade subjacente a esses processos que não se reduzem a

simples valorização de um recurso natural e paisagístico que estava esquecido, mas antes se insere na lógica de construção de uma cidade se mostra para ser escolhida dentre as outras cidades, que pode atrair capitais, turistas, enfim, uma cidade que pode ser consumida e que utiliza da cultura como motor para essas estratégias.

Referências bibliográficas

Basset, Keith; Smith, Ian; Banks, Mark; O'Connor, Justin (2005), "Urban dilemmas of competition and cohesion in cultural policy", in: Buck, Nick; Gordon, Ian; Harding, Alan; Turok, Ivan (Eds.), *Changing cities* (pp. 132–153). New York: Palgrave Macmillan.

Coy, Martin (2013), "A interação rio-cidade e a revitalização urbana: experiências europeias e perspectivas para a América Latina". *Confins*, (18). Consultado em 15.07.2021, em: <https://doi.org/10.4000/confins.8384>

Del Rio, Vicente (2001), "Voltando às origens. A revitalização de áreas portuárias nos centros urbanos", in *Vitruvius*. São Paulo, agosto de 2001. Consultado em 08.05.2018, em: <<http://goo.gl/0wOvgT>>.

Ferreira, Claudino (2006), *A Expo'98 e os imaginários do Portugal contemporâneo. Cultura, celebração e políticas de representação*. (Tese de doutoramento). Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

_____, Claudino (2010), "Cultura e regeneração urbana: novas e velhas agendas da política cultural para as cidades". *Revista TOMO*, 0(16), 29. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i16.518>

Ferreira, Vitor Matias; Castro, Alexandra (1999), "Cidades de água: a lenta «descoberta» da frente marítima de Lisboa", in: Ferreira, Vitor M.; Indovina, Francesco (Eds.), *A cidade da EXPO'98: uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?* (pp. 17–40). Lisboa: Bizâncio.

García, Beatriz (2005), "Deconstructing the city of culture: the long-term cultural legacies of Glasgow 1990". *Urban Studies*, 42(5–6), 841–868. <https://doi.org/10.1080/00420980500107532>

Mendes, Marília Colares (2017), “Intervenções urbanas em frentes de água e reestruturação urbana na área portuária da cidade de Fortaleza, Ceará – Brasil”. *Élisée - Revista de Geografia da UEG (ISSN 2316-4360)*, 6(2), 154–174. Obtido de <http://www.revista.ueg.br/index.php/elisee/article/view/6973>

Menger, Pierre-Michel (2013), “European cultural policies and the «creative industries» turn”, in: Thomas, Kerry; Chan, Janet (Eds.), *Handbook of research on creativity*. Cheltenham: Edward Elgar. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/282975405_European_cultural_policies_and_the_%27creative_industries%27_turn

Miles, Malcolm (2007), *Cities and cultures*. New York: Routledge.

Peixoto, Paulo (2016), “Os usos sociais dos rios”, in: Peixoto, Paulo; Cardielos, João Paulo (Eds.), *A água como património: experiências de requalificação das cidades com água e das paisagens fluviais* (pp. 57–70). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-1025-2_3

Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, Pub. L. No. Diário da República-I Série-B, nº 112 (2000). Portugal. Obtido de <https://dre.pt/application/conteudo/274224>